

# Uma grande conquista é possível: PEC 263



DATA  
BASE JÁ!



Pressão sobre deputados é intensificada contra a PEC que acaba com licença-prêmio

**11**

Interdição da Rede Zaffari devido a contaminação deve-se a trabalho de servidores públicos que estão com salários em atraso

**8**

Saúde da população pode correr risco com aprovação do PL em que frigoríficos pagarão própria fiscalização

**3**

## Palavra do Presidente

Nelcir André Varnier

### PEC da Data-Base já é realidade!

Após quase um ano de espera e articulações, o Sintergs conseguiu convencer e conquistar a simpatia dos deputados sobre a necessidade de alteração na Constituição Estadual através da inclusão de uma data e índice para reposição geral das perdas inflacionárias para os servidores públicos.

Foram muitas reuniões, conversas, estudos, períodos em que foi preciso paciência, discrição e, principalmente, o apoio das outras entidades sindicais e dos parlamentares.

Foi no dia 24 de agosto de 2017, pode-se dizer, que conseguimos dar mais um passo em direção à organização do nosso Estado. Esse movimento, vale destacar, foi capitaneado pela Deputada Estadual Juliana Brizola (PDT). E assim, foi protocolada a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) de número 263: a PEC da Data-Base.

Agora, a matéria seguirá para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois do parecer seguirá para votação em plenário, necessitando de 33 votos para ser aprovada (3/5 dos deputados).

Seguiremos atentos e em constante diálogo com todos os deputados para que possamos, ao final, deixar um Estado mais justo e organizado para a sociedade gaúcha, a qual está desacreditada nos atuais representantes do Executivo e do Legislativo.

A PEC da Data-base traz vários benefícios para a sociedade gaúcha. Ela possibilitará organizar o Estado e evitar má gestão dos governantes. O governante terá a obrigação de observar as dívidas decorrentes da perda do poder aquisitivo de seus trabalhadores e terá que solucionar tal questão, deixando o estado sem dívida para o próximo governante.

Hoje, os governos que passam pelo estado se preocupam pouco com o crescimento dessa dívida, deixando para o próximo gestor. Ou seja, quanto pior, melhor. O outro que se “vire do jeito que der”.

A PEC da Data-base propiciará a divisão justa do “bolo” e evitará acúmulo de perdas para segmentos de servidores. Hoje, a sociedade percebe que muitos servidores recebem pouco enquanto poucos recebem vultosos salários, pois duran-

te anos alguns conseguem avançar nas negociações com o Governo e os demais – grande maioria – ficam com as migalhas.

Com a aprovação da PEC 263, o Governador terá que dar um tratamento equilibrado para os trabalhadores no quesito reposição das perdas inflacionárias. Só isso já é um grande passo para se promover certo grau de justiça.

Distribuir melhor os recursos do Estado é outro benefício da PEC 263. Pois ela evitará o acúmulo de recursos para poucos, auxiliando na distribuição de renda e no desenvolvimento do comércio local e do mercado gaúcho, pois mantém o poder de compra dos servidores e, conseqüentemente, o nível estável de transações no comércio neste segmento.

A PEC da Data-base trará o respeito ao nosso aposentado e fortalecerá a paridade (igualdade no tratamento). Nós assistimos diuturnamente o desrespeito e descaso com aqueles que construíram nosso Estado e nosso País. Devemos toda nossa luta e dedicação para com eles, nossos aposentados. Atualmente, o aposentado, ao invés de descansar, tem que continuar trabalhando, protestando e sempre preocupado com incertezas na sua vida. Nesse sentido, a PEC 263 será um alento.

Solidariedade é ajudar alguém, dividir sentimentos e recursos. Uma das formas de solidariedade é a união das pessoas. A união entre pessoas foi o que nos trouxe até aqui. Tudo que evoluímos e produzimos se deve à união de pessoas e uma visão coletiva da vida, desde os primórdios. E a PEC 263 será mais um elo para fortalecer e nos unir na nossa jornada.

Somos servidores públicos altamente qualificados e, infelizmente, subutilizados pelos governos. Somos a solução para todos os problemas do Estado do Rio Grande do Sul. Queremos ajudar e estamos à disposição.



### SINTERGS EM MOVIMENTO! Direção do Sindicato faz reunião na Casa Civil para discutir demandas

Mais um encontro para discutir demandas das categorias representadas pelo Sintergs ocorreu na Casa Civil. Participaram da reunião o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, o 1º Vice-presidente do Sintergs, Guilherme Toniolo, e o Secretário Chefe da Casa Civil Adjunto, José Guilherme Kliemann.

O Sintergs apresentou à Casa Civil demandas de baixo e alto

impacto financeiro. As principais questões são reposição de perdas inflacionárias, promoções dos servidores Técnicos-científicos e a incorporação da dedicação exclusiva na aposentadoria para os Especialistas em Saúde. Há ainda a questão do quadro dos Extranumerários, que não possuem direito a promoções.



Presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, 1º Vice-presidente do Sintergs, Guilherme Toniolo, e o Secretário Chefe da Casa Civil Adjunto, José Guilherme Kliemann.

## Terceirização da fiscalização da carne no RS é aprovada pelos deputados, e saúde da população pode estar em risco



Servidores deram as costas para plenário durante sessão marcada por ofensas contra servidores públicos, principalmente de parte do Líder do Governo Sartori, deputado Gabriel Souza (PMDB), e do deputado Marcel van Hattem (PP). A Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei 125/2017, na terça-feira (15/08).

A partir de agora, frigoríficos e abatedouros pagarão sua própria fiscalização, fazendo com que o consumidor corra o risco de comer carne de qualidade duvidosa.

O PL 125/2017 foi gestado através de suposto estudo da consultoria Foco Rural, que por sua vez foi paga pelo Fundesa, fundo irrigado pela indústria da carne do Estado.

Foi pelas mãos de 35 deputados que o Estado tirou dos fiscais agropecuários concursados e que possuem poder de polícia administrativa a função de inspecionar e atestar a qualidade da carne que é consumida pela população gaúcha.

“Apesar dos reiterados apelos da sociedade, inclusive da imprensa, os deputados ignoraram e le-

gisaram sem discutir com a sociedade e sem qualquer conhecimento sobre o tema da fiscalização da carne no Estado. Os parlamentares se mantiveram surdos a respeito do tema e simplesmente legislaram sobre um tema que desconhecem”, destaca o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier.

O Sintergs, a Afagro e diversas outras categorias

que também se posicionaram contrárias ao projeto seguem mobilizadas contra a medida do Governo Sartori que insiste em desmantelar serviços essenciais que são de natureza pública. As entidades agora estudam caminhos que podem ser adotados para tentar impedir que a proposta avance.

## No oeste catarinense, 20 agroindústrias fecharam após implantação de novo modelo de fiscalização da carne como o sugerido pelo Governo do RS

O mesmo modelo de fiscalização da carne que o Governo Sartori aprovou na Assembleia Legislativa foi responsável pelo fechamento de pelo menos 20 agroindústrias familiares no oeste de Santa Catarina nos últimos quatro anos, período que a nova regra está em vigor em SC. O dado é da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APA-CO) e a situação tende a se agravar.

“O Estado se retira do seu papel. Agora precisamos contratar a inspeção de uma empresa ou cooperativa credenciada, o que gera um custo que muitos não podem pagar”, explica uma produtora ligada à entidade, que prefere não se identificar.

### Redução arrecadação

Além do fechamento desses pequenos negócios que eram responsáveis pelo sustento de

muitas famílias na zona rural do Oeste de SC, o novo modelo de fiscalização agropecuário gerou no estado catarinense êxodo rural, desemprego e informalidade, conforme a entidade. Além dos pequenos produtores, os municípios e o próprio Estado saem prejudicados com a medida.

“Alguns acabaram voltando à informalidade, o que prejudica a venda, a geração de empregos e reduz a arrecadação de impostos”, informa a agricultora.

Ainda de acordo com a APACO, nesse modelo de fiscalização agropecuária quem sai mais prejudicado é a população, pois a qualidade dos produtos é afetada e, em muitos casos, se perde a oportunidade de consumir produtos locais, já que somente as grandes empresas conseguem atender os custos impostos pelo novo modelo.



## Representação no Ministério Público é protocolada contra terceirização da fiscalização agropecuária

Durante o dia de votação, Sintergs e Afagro percorrem gabinetes alertando contra aprovação do PL 125

Uma representação no Ministério Público do RS foi protocolada pela Associação dos Fiscais Agropecuários do Rio Grande do Sul (Afagro), na terça-feira (05/09), contra o projeto de lei 125/2017, do Governo do Estado, aprovado na Assembleia Legislativa em agosto e sancionado pelo Executivo.

A proposta viola a Constituição Federal, ao permitir a terceirização da fiscalização agropecuária, uma atividade fim de competência do Estado. A entidade explica que essa prerrogativa não foi alterada com as recentes modificações nas relações de trabalho. Ou seja, no âmbito do serviço público não é permitida a terceirização de atividade fim, o que

torna essa proposta inconstitucional.

Além disso, o Governo Sartori alega carência de profissionais para atuar na área, ignorando a existência de concurso público já realizado para esta função, cujos profissionais aprovados, em número suficiente para atender a demanda, aguardam ser chamados para a função.

A representação expõe estas questões ao Ministério Público, além de apresentar documentos que sustentam a posição da Afagro. A Afagro espera que o Ministério Público, por ser de sua competência, tome as medidas cabíveis, evitando que esse sistema, em que os frigoríficos pagarão sua própria fiscalização, avance no Estado do RS.



Presidente do Sintergs salientou em seu discurso a importância da Data-base



Diretoria do Sintergs e representantes de núcleo do interior participaram do evento



## PEC DA DATA-BASE: Uma grande conquista é possível

Em um dia histórico, foi protocolada na Assembleia Legislativa a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 263/2017) da Data-base, na quinta-feira (24/08).

A proposta, apresentada pela deputada estadual Juliana Brizola (PDT), é uma bandeira histórica do Sintergs, um dos principais indutores e articuladores da PEC 263.

“Conseguimos protocolar a PEC da Data Base e estabelecemos um marco de união dos servidores públicos do RS em torno da mesma bandeira”, destaca o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier.

Durante 1º Jornada em Defesa do Serviço Público – pela Data-base e direitos trabalhistas, evento que contou com a presença de dezenas de lideranças e do ex-ministro e ex-governador Ciro Gomes, o presidente do Sintergs, em sua fala, destacou o fato da PEC da Data-base ter sido protocolada.

Varnier, que estava representando também

no evento a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), ressaltou o empenho das entidades e servidores em prol da PEC da Data-base e, dirigindo-se ao pré-candidato ao Governo do Estado, Jairo Jorge (PDT), ressaltou que, em sendo aprovada, será um facilitador para o chefe do Executivo Estadual.

A PEC da Data-base já conta com as assinaturas de 24 parlamentares. Após ser protocolada, o texto deve passar pela Comissão de Constituição e Justiça do Parlamento. Para aprovação em plenário, a PEC 263/2017 necessita de 33 votos por tratar-se de uma emenda à Constituição Estadual.

A proposta busca garantir que no dia 1º de março de cada ano o Governo do Estado seja obrigado a negociar e conceder reposição inflacionária para os servidores públicos do Estado. Além disso, a proposta também trata da isonomia de direitos entre os Poderes.

## DATA-BASE JÁ! Imprensa noticia avanço da PEC que institui Data-base no serviço público do RS



O presidente do Sintergs defendeu a PEC da Data-base em entrevista para o jornal Correio do Povo e para a rádio Band-News FM 99,3.

Nelcir André Varnier destacou que a proposta, em sendo aprovada, colo-

cará uma data unificada para que as categorias do serviço público possam negociar e repor as perdas inflacionárias dos trabalhadores, não ficando dependendo somente da boa vontade do governante de plantão.

## Busca de apoio dos deputados

Os diretores do Sintergs têm intensificado reuniões com parlamentares, buscando apoio para a PEC da Data-base. Conversas foram realizadas com inúmeros parlamentares, como os deputados Ciro Simoni (PDT), Luís Augusto Lara (PTB) e Ronaldo Santini (PTB).



## Entidades fecham questão em torno da PEC da Data-base



Entidades estão unidas em torno da PEC da Data-base



Dezenas de entidades fecharam questão em relação ao texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que visa criar uma Data-base para reposição das perdas inflacionárias dos servidores de todo o Estado.

Nos bastidores da AL, o Sintergs trabalha na proposta desde o início do ano. O objetivo é fazer com que os servidores tenham uma data fixa para negociar as reposições inflacionárias, obrigando o Governo a tratar do tema. A PEC da Data-base foi protocolada pela deputada estadual Juliana Brizola (PDT).

“É uma proposta na qual o Sintergs vem trabalhando há meses junto com outras entidades. A

PEC da Data-base vai fazer com que tenhamos um ponto de partida para negociações. É como para os trabalhadores da iniciativa privada, que possuem o dissídio coletivo. Para os servidores, se ficar como está, ficamos na dependência da boa vontade do governante de plantão e de negociações muito pesadas para termos uma repositição de perdas inflacionárias”, destacou o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, após uma das inúmeras reuniões sobre a PEC da Data-base com entidades.

Só os Técnicos-científicos, Especialistas em Saúde e Extranumerários estão há três anos sem reposição de perdas inflacionárias.

## Sindicato alerta STF sobre problema de eventual perda do adicional de dedicação exclusiva por parte dos Extranumerários da saúde do RS



2º vice-presidente do Sintergs, Joanes Machado da Rosa, voltou a se reunir com a assessoria do gabinete da Ministra do STF com advogado do Sintergs, José Augusto da Fontoura Japur

O 2º vice-presidente do Sintergs, Joanes Machado da Rosa, voltou a reunir-se com a assessoria do gabinete da Ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber para pedir que no julgamento dos embargos de declaração, protocolados pelo Sintergs, haja uma modulação dos efeitos da decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), no sentido de que aqueles Extranumerários que já percebem a dedicação exclusiva continuem a percebê-la.

O objetivo foi esclarecer a assessoria da Ministra do STF a respeito da grave situação que pode resultar aos servidores Extranumerários da Secretaria

Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul caso os efeitos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), que tramita no STF, acabe por retirar desses servidores o adicional de dedicação exclusiva, o qual já está incorporado ao patrimônio funcional.

A assessoria da Ministra Rosa Weber afirmou que o pedido do Sintergs tem fundamento jurídico e social importante e razoável, devendo a decisão levar em consideração esses aspectos.

Acompanharam a reunião os advogados do Sintergs José Augusto da Fontoura Japur e Juliana Meus.



## Integrantes da direção do Sintergs realizam reunião com o presidente do Instituto de Previdência do Estado (IPE)

Participaram da reunião os diretores do Sintergs, Ivone Antunes Peixoto, Danilo Luiz C. Krause, além do aposentado e associado do Sintergs, Sérgio Varnieri.

No encontro, realizado no dia 28 de agosto, foram discutidos os projetos que estão sendo elaborados pelo Governo Sartori e serão encaminhados à Assembleia Legislativa nos próximos dias.

Os diretores destacaram ao presidente do IPE, Otomar Vivian, que os servidores públicos do RS são

os principais interessados e afetados pelos projetos e sequer foram informados e convidados a participar do processo de debate dos projetos.

Participaram da reunião os diretores do Sintergs Ivone Antunes Peixoto, Danilo Luiz C. Krause, além do aposentado e associado do Sintergs, Sérgio Varnieri.

## Sintergs cobra andamento dos processos de insalubridade pedidos pelos servidores da Secretaria Estadual do Meio Ambiente

Reunião contou com a participação do Diretor de Comunicação do Sintergs, Valdir Bandeira Fiorentin, e o Diretor de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica, Elpídio Jaques de Borba



A grande demora nos laudos de insalubridade solicitados por servidores, principalmente da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, levou a direção do Sintergs a realizar reunião com a Coordenação da Perícia do Estado. Há quase dois anos servidores aguardam os laudos da divisão de perícias.

Durante a reunião, que contou com a participação do Diretor de Comunicação do Sintergs, Valdir

Bandeira Fiorentin, e o Diretor de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica, Elpídio Jaques de Borba, a Coordenação da Perícia explicou que até pouco tempo não havia Engenheiro de Segurança do Trabalho para montar os laudos.

Porém, o problema foi sanado e a engenheira está trabalhando nos laudos, já com o andamento relativamente adiantado.

## Servidores estaduais representados pelo Sintergs realizam manifestações durante dia de greve geral



Protestos ocorreram em frente ao CAF e no centro de Poa

Cachoeira do Sul

Santa Maria

Em frente aos Centro Administrativo (CAFF), as categorias realizaram um ato e após foram até o Largo Glênio Perez em caminha para se juntar ao grande ato das centrais sindicais.

O protesto das categorias representadas pelo Sintergs foi motivado pelo atraso nos salários, do 13º salário, perdas inflacionárias, promoções atrasadas, além dos projetos do Piratini em tramitação na

Assembleia Legislativa e os projetos do Governo Temer que tiram direitos dos trabalhadores.

“O Governo Sartori não paga salário em dia, não paga 13º em dia, os servidores estão sem reposição da inflação, sem

promoções há 20 anos, sem qualquer perspectiva de melhoria para o futuro. Por isso, temos que parar o o Rio Grande do Sul e o Brasil no dia 30 de junho”, conclamou o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier.



## Sindicato faz reunião para corrigir folha ponto de servidores que participaram de greve, em Osório

Objetivo foi solucionar problema levado por servidores para Sindicato

O coordenador da Coordenadoria Regional de Saúde de Osório, Cláudio Roberto Paranhas, recebeu a direção do Sintergs, no dia 04 de julho, e garantiu que sua ordem, na greve geral do dia 28 de abril, era fazer constar na folha ponto do servidor "GREVE" (que não se considera falta).

Alguns servidores relataram ao Sintergs problemas nesse sentido. Paranhas ainda acrescentou que se ocorreu algo errado nesse processo, será corrigido.

Participaram da reunião o representante de Núcleo do Sintergs, Jaime Malmam, o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, Diretor de Assuntos Regionais e Setoriais do Sintergs, Humberto Periolo, Diretor de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica, Elpídio Jaques de Borba, além de representante de outras entidades.



## União Gaúcha debate alternativas para crise do Estado do RS

Participaram da reunião o Diretor de Assuntos Previdenciários e Saúde, Danilo Luiz C. Krause, e o associado do Sintergs Sérgio Varnieri.

O pacote de maldades do Governo Sartori foi a pauta de reunião da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública. Os conselheiros debateram, no início de julho, as propostas elaboradas pelo grupo que estuda a crise econômica do Estado.

O diretor de comunicação do SindifiscoRS, Christian Azevedo, apresentou cinco principais alternativas para que o Estado possa recuperar seu poder econômico. No conjunto, essas alternativas projetam um incremento de mais de R\$ 5 bilhões anuais aos cofres do Estado.

Participou da reunião representando o Sintergs, o Diretor de Assuntos Previdenciários e Saúde, Danilo Luiz C. Krause.

### As alternativas

- ▲ Uso dos dados da Nota Fiscal eletrônica (NFe) como parâmetro para todas as compras do Estado;
- ▲ Fixação das margens de valor agregado adotados para cobrança de ICMS de substituição tributária com base em dados da NFe;
- ▲ Ressarcimento da Lei Kandir;
- ▲ Revisão de benefícios fiscais
- ▲ Reforço no combate à sonegação fiscal

## Movimento "SOU SERVIDOR PÚBLICO, RECEBI R\$350" se espalha nas redes sociais



A humilhação por que passa os servidores fez surgir um movimento que começa a se espalhar nas redes sociais. Servidores públicos passaram a postar fotos com crachá "SOU SERVIDOR. RECEBI R\$ 350,00".

Isso ocorre depois de o Governo Sartori pagar o mais baixo valor inicial desde que começou a atrasar os salários dos servidores públicos estaduais.

É o caso das servidoras que desde, no início

de setembro a terça-feira (05/09), na reunião da Assessoria Técnica e de Planejamento da Secretaria da Saúde (ASSTEPLAN/SES), utilizaram este gesto para manifestar sua indignação.

## Campanha visa a valorizar trabalho do servidor público do RS

O Sintergs iniciou nesta semana uma campanha que visa a valorizar o trabalho do servidor público do RS. Em frente à Expinter, em



Esteio, foram instalados outdoors que evidenciam para a população em geral que uma das maiores feiras do agronegócio do Brasil tem o



Paineis foram colocados na região da BR116, BR448 e ERS118, na Região Metropolitana, e na BR116, em Guaíba.

trabalho do servidor público. Em outros pontos, na BR116, BR488 e ERS118, outros painéis foram instalados demonstrando que, com

salários atrasados e mesmo diante das humilhações do Governo Sartori, os servidores públicos seguem trabalhando para o povo gaúcho.



Manifestação em frente ao Palácio Piratini e na Expointer



Imprensa também repercutiu



No twitter, jornalistas deram destaque para protestos do Sintergs

## Interdição da Rede Zaffari devido a contaminação de produtos deve-se ao trabalho dos servidores públicos que estão com salários em atraso

No final do mês de agosto, servidores municipais de Porto Alegre – que também estão com salários atrasados – e estaduais, respectivamente da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Ale-

gre (SMS) e da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul (SES), comprovam que os servidores públicos continuam prestando serviço público de qualidade para a população.

A rede Zaffari teve interdita e suspensa a venda de produtos fatiados em todas as lojas da Capital até que a companhia apresentasse laudos comprovando que o local e os produtos estão livres da bactéria.

A suspensão das atividades no estabelecimento foi determinada pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM) de Porto Alegre.

A Secretaria Estadual da Saúde confirmou que a bactéria *Listeria monocytogenes* foi encontrada

em produtos fatiados na rede Zaffari. A bactéria foi encontrada também na loja Bourbon Ipiranga, na Capital.

A ingestão dessa bactéria pode causar problemas gastrointestinais, como diarreia, acompanhada ou não de febre. No caso de gestantes, pode acarretar problemas mais graves, como aborto no primeiro trimestre de gestação ou prematuridade no nascimento.

Os sintomas podem começar a se manifestar dias ou semanas após a ingestão do produto contaminado. Até o momento, não foi identificado nenhum caso dessa natureza na Capital.

## Fiscalização e serviço público

Foi a primeira vez que o município analisou a presença da *Listeria monocytogenes* em redes de supermercados. A investigação partiu de uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que fez o teste em cinco redes de supermercados em julho — além do Zaffari, produtos vendidos em lojas das redes Asun, Carrefour, Rissul e Walmart foram analisados.

A suspeita da presença da bactéria nos produtos do Zaffari motivou os testes realizados pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Rio Grande do Sul.

## Sintergs estuda ingressar com ação na justiça requerendo ressarcimento por danos morais

Diante da sinalização de uma mudança no posicionamento do Judiciário gaúcho recentemente, a partir de uma ação julgada, o Sintergs estuda ingressar com uma ação na justiça contra o Governo do Estado requerendo ressarcimento por danos morais devido ao atraso no pagamento dos salários dos servidores públicos do RS.

Na ação julgada, a justiça deu ganho de causa a um servidor público. Ainda cabe recurso. Mesmo assim, o departamento jurídico do Sintergs analisa a melhor maneira de protocolar referida ação para buscar abrandar prejuízos dos associados e representados do Sintergs.

Ações requerendo ressarcimento por dano moral já foram ajuizadas por servidores e entidades, mas não prosperaram. Porém, diante desse fato novo, o Sintergs não medirá esforços para mais uma vez buscar garantir os direitos dos seus associados e representados.

Várias ações já foram impetradas pelo Sintergs como forma de garantir o pagamento em dia do salários dos servidores públicos do RS e em todas o Sintergs foi vitorioso. No entanto, por questões que fogem da compreensão da entidade, o Governo Sartori não cumpre as decisões.



## Sintergs alerta servidores públicos quanto a mudança para RS-Prev

Servidores públicos passaram a receber comunicados dos departamentos de RH das secretarias, nos quais são alertados quanto ao prazo para a migração para o novo regime previdenciário.

O Governo Sartori, por meio de Lei Complementar 14.750/2015, instituiu o Regime de Previdência Complementar para servidores públicos titulares de cargos efetivos do Estado do RS, autarquias e fundações de direito público.

A adesão ao novo regime de previdência possui caráter facultativo para servidores públicos que ingressaram no serviço público antes de 19 de agosto de 2016, data em que a Fundação de Previ-

dência Complementar do Servidor Público do RS (RS-Prev) teve autorização para entrar em funcionamento.

O Sintergs alerta que a opção, que é uma decisão única e exclusivamente pessoal, pelo reenquadramento ao novo modelo previdenciário é irrevogável e irretroatável, não podendo o servidor voltar atrás de sua escolha.

Ao optar pelo RS-Prev, o servidor público terá seu benefício de aposentadoria limitado a R\$ 5.531,31. Assim, poderão contribuir sobre o valor da remuneração que ultrapassar o teto do Regime Geral de Previdência Social do RS.

No entanto, gera preocupação para o Sintergs,

pois não há garantias de que o RS-Prev terá sustentabilidade, haja vista o que ocorreu com outros fundos de aposentadoria de natureza similar ao RS-Prev, como Postalís (Correios).

Aqueles servidores titulares de cargos efetivos que não se manifestarem permanecerão enquadrados no regime previdenciário em que se encontram.

### Prejuízo

Os fundos de pensão fecharam 2016 com rombo de R\$ 70,6 bilhões, segundo levantamento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

O dado preocupa por

causa da rápida expansão do déficit do sistema, que subiu 700% em quatro anos – em 2012, o buraco era de R\$ 9 bilhões. O rombo subiu para R\$ 21 bilhões em 2013 e para R\$ 31 bilhões no ano seguinte. O déficit atingiu seu ápice em 2015, quando somou R\$ 77,8 bilhões.

Dez planos concentram 88% do déficit de todo o sistema. Dos maiores, apenas a Previ (dos funcionários do Banco do Brasil) já informou que fechou 2016 com superávit de R\$ 2 bilhões.

Somado, o déficit do Petros (Petrobrás), Funcef (Caixa Econômica Federal) e Postalís (Correios) está calculado em mais de R\$ 30 bilhões.

20 Segunda-feira  
3 de julho de 2017

Jornal do Comércio - Porto Alegre

### Política

FUNCIONALISMO

## Presidente do Sintergs critica no JC posição do senador Lasier Martins (PDT)

## Projeto propõe avaliação de servidores públicos

Texto prevê exoneração de concursados que não cumpram metas

Bruna Suptitz  
brunas@jornaldocomercio.com.br

De acordo com a Constituição Federal, um servidor público estável - aprovado em concurso e que cumpriu os três anos de estágio probatório - só pode perder o cargo nas situações previstas no parágrafo primeiro do artigo 41: em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo e, ainda, procedimento de avaliação periódica de desempenho - em ambos os casos, assegurada defesa.

No último caso, que versa sobre a avaliação de desempenho, há a ressalva de necessidade de lei complementar que regulamentar a questão. A propósito disso, foi apresentado o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 116/2017, em abril deste ano, pela senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) - a matéria tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sob relatoria do gaúcho Lasier Martins (PSD).

Justificando que quer corrigir uma lacuna de quase 20 anos de "inércia" do Parlamento em relação à alteração constitucional que instituiu a necessidade da avaliação no serviço público, a proposta abrange órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional dos poderes



Maria do Carmo quer 'proteger a sociedade dos maus funcionários'

da União, estados e municípios. Na redação do projeto, estão previstos quatro ciclos de avaliação que, com base em dois critérios fixos - qualidade e produtividade - e 12 fatores tidos no projeto como variáveis, dentre os quais cinco serão considerados nas avaliações semestrais às quais os servidores serão submetidos.

O projeto estabelece ainda que a avaliação será praticada pelo servidor público estável que seja chefe imediato ao avaliado. Contudo, não define o destino dessa avaliação caso a chefia em questão seja exercida por um cargo comissionado - questionada, a autora do

projeto diz que essa possibilidade "não deve existir".

A proposta segue estabelecendo diretrizes, como parâmetros para a atribuição de nota, período avaliativo prévio antes da exoneração e meios de defesa. Maria do Carmo assegura que não se trata de um projeto para punir servidores, "que em sua maioria cumpre as funções". "A avaliação não é em função da pessoa, mas do serviço que presta à comunidade". A senadora sustenta que, com a aprovação da lei, pretende "proteger a sociedade dos maus funcionários, que se aproveitam da estabilidade para prestar um mau serviço".

### Sindicato dos técnicos-científicos diz que proposta é 'para inglês ver'

Professor de Administração Pública e chefe do Grupo de Pesquisa em Estado, Democracia e Administração Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Aragon

Érico Dasso Júnior relembra que o debate, na época em que foi apresentada a Emenda Constitucional nº 19/1998, que alterou a redação do artigo 41, era sobre eliminar o preceito da estabilidade no serviço público. Como não foi possível, algumas modificações foram aprovadas, dentre as quais a instituição da avaliação dos servidores.

"O problema é que o servidor público está fora do debate. Ninguém é contra a exoneração por insuficiência de desempenho, mas quais serão os critérios?", questiona Dasso. O professor demonstra preocupação com o texto do projeto e antecipa cenários para a redação final da proposta: "se tiver envolvimento dos sindicatos e servidores no processo, vai ter legitimidade. Se não, vai ser só uma lei para exonerar servidores".

Autora do projeto, a senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) admite que não houve discussão com setores do funcionalismo público. Ela justifica a redação do projeto fazendo um paralelo com a iniciativa privada. "Na empresa privada, quando a pessoa é contratada para determina-

da função, se não fizer bem, a lei não diz o que fazer, mas ela perde seu emprego."

A professora Vera Monteiro, do programa de pós-graduação em Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas - São Paulo (FGV-SP), acredita que a comparação é válida, ressaltando que, no caso do serviço público, "a comprovação do descumprimento da suficiência do desempenho deve ser aferida de maneira formal", o que é possível com a proposta de avaliação do desempenho. Essa posição é questionada por categorias representativas dos servidores públicos.

O presidente do Sindicato dos Técnicos-Científicos do Rio Grande do Sul (Sintergs), Nelcir André Varnier, diz que esse é um projeto "para inglês ver". "Esse projeto é inócua, não vai gerar os resultados desejados. Muito pelo contrário, vai burocratizar as relações de chefia e chefiado", critica. Varnier avalia que o texto não foi bem elaborado. "Se uma chefia tiver que aplicar o que consta no projeto, não vai fazer mais nada, só avaliar servidores".

O texto agora tramita pelas comissões do Senado e, se aprovado em plenário, passa pelo mesmo processo na Câmara dos Deputados. Neste período, pode sofrer alterações através de emendas.

## Estado nomeia 41 aprovados, e validade do concurso para Técnicos-científicos é prorrogada por mais dois anos

Após reiterados pedidos do Sintergs, a Secretaria Estadual de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos do RS nomeou 41 concursados na última semana de maio. O concurso foi realizado para cargo de Técnico-científico (servidores de nível superior).

Já no Diário Oficial do Estado do dia 01 de junho, a SMARH prorrogou por mais dois anos o prazo de validade dos

concursos públicos com resultados finais homologados pelos editais de número 24/2015-SMARH e 26/2015-SMARH.

O concurso foi realizado pelo Estado do RS em maio de 2014 para 240 vagas, sendo 226 para Técnico-científico e 14 de nível médio. As provas ocorreram em setembro de 2014 e o concurso teve mais de 10 mil inscritos.



Sintergs cobra demanda dos concursados da SMARH desde 2015

## Técnicos Superiores Agropecuários e Florestais promovem o desenvolvimento do RS

Do quadro dos Funcionários Técnicos-Científicos do Estado do Rio Grande do Sul, o Técnico Superior Agropecuário e Florestal (TSAF) é o profissional responsável pelas ações de promoção do desenvolvimento e qualificação da produção primária.

Atuando em diversos órgãos do governo, os TSAFs têm suas atividades voltadas ao fomento agropecuário, à economia rural e à exploração sustentável dos recursos naturais.

A categoria, criada pela Lei nº 14.021/2012, abrange quatro especialidades: Médico Veterinário, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Florestal e Zootecnista.

Atualmente, os TSAFs desempenham funções nas Secretarias da Agricultura, Pecuária e Irrigação, do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

Os TSAFs são responsáveis pela gestão e assessoramento técnico das Câmaras Setoriais e Temáticas, coordenação de programas de fomento e desenvolvimento rural, gestão da informação e manutenção de cadastros da produção agropecuária e florestal.

A organização de feiras e exposições, cursos e atividades de capacitação também são competência da categoria.

Representados pelo Sintergs, os TSAFs buscam valorização de suas atribuições e competências através do diálogo com a direção dos órgãos em que estão lotados.

O reconhecimento profissional da categoria mostra a importância que o gestor público dá ao desenvolvimento sustentável da agropecuária do Rio Grande do Sul.

## Servidoras integrantes do Sintergs assumem diretoria da ABBTUR-RS

Duas servidoras públicas e integrantes do Sintergs tomaram posse na nova diretoria da Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais de Turismo do RS.

O evento, que ocorreu em maio, no Salão Júlio de Castilhos da Assembleia Legislativa, contou com a presença do presidente nacional da ABBTUR, Elzário Pereira Júnior.

Como presidente da ABBTUR-RS assumiu Lenora Horn Schneider, Representante dos Aposentados Suplente do Sintergs. A servidora Vera Helena Ferreira

e Ana Lúcia Touguinhe Weidle, essa última que integra a diretoria do Sintergs, assumiram cadeiras no Conselho Fiscal da ABBTUR-RS.

## SINTERGS EM MOVIMENTO! Mesmo sem votação, Sindicato pressiona principalmente em relação à PEC que acaba com licença-prêmio

Mesmo sem votação, o Sintergs intensificou conversas nos corredores da Assembleia Legislativa para tratar dos Projetos de Lei e Propostas de Emendas Constitucionais que tramitam no Parlamento e afetam diretamente o servidor público, como à PEC 242, que acaba com a licença-prêmio.

Em relação a bancada do PDT, reuniões foram realizadas com o Chefe de Gabinete do deputado Ciro Simoni (PDT) e com o Coordenador da Bancada do partido, Vinícius Ribeiro. Também foi realizada reunião com a ban-

cada do PT na Assembleia.

O Sintergs participou ainda de reunião do Movimento Unificado dos Servidores (MUS) como forma de discutir as estratégias que serão colocadas em prática na AL nas próximas semanas.

### Alerta aos deputados

O Sintergs tem alertado parlamentares quanto a “pegadinha” da PEC 242/2016, que acaba com a licença-prêmio dos servidores. Nas conversas, o Sindicato tem destacado que, ao contrário do que o Governo Sartori

tem dito, a PEC não cria automaticamente o benefício de licença-capacitação. Isso dependeria de regulamentação através de projeto de lei, somente após aprovação da PEC. Com isso, se aprovada, a emenda constitucional 242 acabará com a licença prêmio, sendo que o restante proposto pelo Governo Sartori – como a licença capacitação – poderá ficar só na promessa.

Já a PEC da Data-base deve ser submetida a análise da Comissão de Constituição e Justiça do Parlamento. Para aprovação em

plenário, a PEC 263/2017 necessita de 33 votos por tratar-se de uma emenda à Constituição Estadual. Em todas as reuniões, o Sintergs tem buscado apoio dos parlamentares para que a matéria seja encaminhada para votação no plenário.

A proposta busca garantir que no dia 1º de março de cada ano o Governo do Estado seja obrigado a negociar e conceder reposição inflacionária para os servidores públicos do Estado. Além disso, a proposta também trata da isonomia de direitos entre os Poderes.

## Filho do ex-presidente Jango visita Sintergs



João Vicente Goulart conversou com diretores e colaboradores do Sindicato

O filho do ex-presidente João Goulart (Jango) conheceu o Sintergs e suas dependências. Durante a manhã do dia 28 de agosto, João Vicente Goulart visitou o Sindicato e conversou com diretores e colaboradores do Sindicato sobre questões como a reforma política, em pauta no Congresso, e a situação do Rio Grande do Sul.

“Precisamos propor à nação uma reforma das estruturas. A ideia é mudar o modelo e não manter esse modelo que está acabando e entregando o País”, destacou João Vicente Goulart.

Na capital gaúcha, João Vicente participou, ainda, no dia 26, de evento na Câmara de Vereadores de Poa. João Vicente é cotado para ser candidato a sena-

dor pelo Distrito Federal ou até a presidente.

O presidente do Sintergs destacou a presença de João Vicente Goulart no Sindicato e ressaltou que a “idiotização” da política e a fragmentação dos movimentos sindicais enfraquece a luta por um verdadeiro projeto de nação.

“O papel do Sindicato é essa. Muitas vezes, não podemos focar só na demanda da categoria, mas da questão maior. É o exemplo do que estamos fazendo com a PEC da Data-base que instituirá, se aprovada, uma data única para os servidores públicos negociarem reposição salarial de todos os servidores, além de gerar uma isonomia de direitos entre os Poderes”, salientou Varnier.

## Representante do Núcleo de Cachoeira do Sul do Sintergs recebe título de Cidadão Honorário

O servidor público da 8ª Coordenadoria Regional de saúde (CRS), professor e administrador Gilmar Colombelli, representante do Núcleo de Cachoeira do Sul do Sintergs, recebeu, em sessão solene na Câmara de Vereadores do município, no início de julho, o título de Cidadão Honorário de Cachoeira do Sul.

Graduado em Administração, Colombelli é professor da Ulbra/ Cachoeira do Sul, foi presidente da AME (Associação de Micro e Pequenas de Cachoeira do Sul), participou da organização do Shopping de Fábrica de Pequenas Empresas de Cachoeira do Sul, é representante do município no CRA/RS (Conselho Regional de Administração), liderou o processo de fundação da Cootravale (Cooperativa de Trabalho de Cachoeira

do Sul), é servidor concursado no cargo de administrador da 8ª Coordenadoria Regional de Saúde e é responsável pela avaliação de cursos de Administração do país.

Colombelli também foi um dos principais responsáveis por evitar a extinção da 8ª e da 24ª Coordenarias Regionais de Saúde (CRS).

Para o presidente do Sintergs, Gilmar Colombelli é exemplo a ser seguido por todos os colegas e pela sociedade.

“O Colombelli não mede esforços quando se trata do bem comum. Suas ações são inteligentes e voltadas para o conjunto da sociedade como um todo. Estamos em sintonia e temos que prestigiar pessoas que pensam assim”, destaca Nelcir André Varnier.



## Precatoristas não devem aceitar negociações com empresas privadas sem antes consultar processo, diz juíza



A juíza Ketlin Casa-grande, Coordenadora da Central de Conciliação dos Precatórios no Rio Grande do Sul, recebeu os diretores do Sintergs para debater o tema que atinge centenas de aposentados.

O objetivo do encontro foi obter maiores informações sobre a situação dos processos de pagamentos de precatórios.

De acordo com a juíza, o Estado apresentou plano de pagamento de precatórios e tem destinado aporte financeiro mensal de 1,5% da sua receita para pagamento.

Só no primeiro semestre de 2017, 223 acordos ocorreram junto a Câmara de Conciliação de Precatórios da PGE. Os acordos reduziram o estoque da dívida de precatórios em R\$ 42 milhões.

No entanto, em cerca de 60% das manifestações de interesse não foi possível apresentar

propostas em razão das questões impeditivas.

Por causa disso, a PGE tem orientado os escritórios de advocacia e as partes a regularizarem os impeditivos antes de os precatórios ingressarem na Câmara de Conciliação para análise da manifestação de interesse.

Ainda de acordo com a magistrada, os associados do Sintergs devem acompanhar seus processos de pagamento de precatórios e salientou para não aceitarem negociações com empresas privadas, sem antes saber a situação do seu processo, pois pode ocorrer de o pagamento já estar agendado para ser efetivado no curto prazo.

O encontro, que ocorreu no fim de julho, teve a participação da Diretora Ivone Antunes Peixoto, do Conselheiro do Sintergs, Luiz Alberto, e do diretor, Danilo Krause.

### Saiba quando o Sintergs estará na sua região

#### CRONOGRAMA DE VISITAS DO SINTERGS NÚCLEOS REGIONAIS

##### SETEMBRO

27/09 - Palmeira das Missões  
28/09 - Frederico Westphalen

##### OUTUBRO

04/10 - Santo Ângelo  
05/10 - Santa Rosa

#### NÚCLEOS SETORIAIS:

As visitas aos Núcleos Setoriais serão organizadas pelos seus representantes, em acordo com a diretoria, respeitando as datas das reuniões dos Núcleos Regionais.

## Tem golpe na praça

Credores de precatórios devem ficar atentos a golpes praticados por estelionatários. O alerta é do Tribunal de Justiça do RS.

Nesse golpe, um estelionatário telefona para o credor de precatório e apresenta-se como Juiz da Central de Precatórios de Brasília, Dr. Jorge Nunes, avisando que o precatório será liberado em três parcelas, desde que haja depósito da quantia de R\$ 480,00, em conta

cujo número deverá ser obtido através do número de celular fornecido pelo golpista (85) 99623-0466.

A Diretoria de Assuntos Previdenciários do Sintergs alerta que nunca o Poder Judiciário ligará para a pessoa sobre decisões judiciais, muito menos para avisar sobre liberação de precatório. As informações sobre essas questões se dão única e exclusivamente no processo.

### ATENÇÃO PRECATORISTA PREFERENCIAL

Idosos e credores que contarem com 60 anos ou mais na data da expedição do precatório ou na data da promulgação da Emenda Constitucional número 62/2009 possuem preferência no pagamento dos precatórios. Em se tratando de sucessor do credor originário do precatório, só é deferido na hipótese dele contar com 60 anos ou mais na data da expedição. A preferência dá o direito de o credor receber o valor de imediato.

Para mais informações basta ligar no telefone **(51) 3210-7291 e (51) 3210-7293.**



Nelcir André Varnier - Diretor-Presidente  
Guilherme Toniolo - Diretor 1º Vice-Presidente  
Joanes Machado da Rosa - Diretor 2º Vice-Presidente  
Ivone Antunes Peixoto - Diretor 1º Secretário  
Ana Lúcia Touguinha Weidle - Diretor 2º Secretário  
Daniel Lima Gonzaga - Diretor Financeiro  
Francisco Menegat - Diretor Financeiro Adjunto

www.sintergs.org.br

f /sintergs - @sintergrs - @real\_sintergs

Vinício Sólton Marques Filho - Diretor de Política Salarial  
Elpidio Jaques de Borba - Diretor de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica  
Valdir Bandeira Fiorentin - Diretor de Comunicação  
Humberto Periolo - Diretor de Assuntos Regionais e Setoriais  
Danilo Luiz Chiaradia Krause - Diretor de Assuntos Previdenciários e Saúde  
Pedro Alberto Armani Martins - Representante Titular dos Aposentados  
Ivo Borssatto - Representante Titular dos Aposentados

#### EXPEDIENTE

Boletim Informativo do Sindicato dos Técnicos-Científicos do Estado do Rio Grande do Sul

#### Conteúdo:

Spindler Comunicação Corporativa  
www.spindler.com.br

#### Tragem:

9.500 exemplares

TRANSPARÊNCIA, COMPROMETIMENTO E UNIÃO PARA CONTINUAR AVANÇANDO.

Rua José de Alencar, 1089 | CEP 90880-481 | Porto Alegre - RS | Fone: (51) 3025.0011 | sintergs@sintergs.com.br